

**‘L’ CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE  
MINAS GERAIS**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - GRUPO TEMÁTICO I**

**QUESTÃO 1 – DISSERTAÇÃO**

A relativização da coisa julgada material **versus** a tutela do postulado da segurança jurídica, do estado democrático de direito e a busca da pacificação social pelo Ministério Público. (Resposta em, no máximo, trinta linhas)

**QUESTÃO 2**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem decidindo que a Lei Complementar nº 135/2010 (“Lei da Ficha Limpa”) aplica-se às eleições gerais deste ano.

Cite, objetivamente, os três principais fundamentos jurídicos que alicerçam semelhante entendimento. (Resposta em, no máximo, dez linhas)

**QUESTÃO 3**

Sobre a Lei 8666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública, responda:

Em que consiste o sistema de registro de preços? A regulamentação por decreto é condição para a auto-aplicabilidade do sistema? Quais seriam as vantagens em implantá-lo? Por fim, qual a relação do mencionado sistema com causas de dispensa de licitação? (Resposta em, no máximo, trinta linhas).

#### QUESTÃO 4

Determinado município conta com procuradores estatutários, admitidos por concurso público, que exercem a advocacia e a consultoria do Poder Executivo, competindo aos mesmos, dentre outras atribuições, a cobrança da dívida ativa.

A Administração Municipal, alegando ineficiência do corpo jurídico citado, pretende proceder a terceirização da cobrança judicial da dívida ativa. Pretende, também, valer-se de escritórios privados para demandas complexas.

A partir do enunciado acima, indaga-se:

a) É possível terceirizar ou delegar os serviços afetos à advocacia pública municipal, notadamente a cobrança da dívida ativa e demandas de especial complexidade, através da contratação de escritórios privados de advocacia? Se positiva a resposta acima, através de que meios legais? Haveria necessidade de licitação?

(Resposta em, no máximo, trinta linhas)

Passando adiante, outro município do Estado de Minas Gerais não dispõe de procuradores concursados, já que, em razão de seu pequeno porte e diminuta arrecadação, não apresenta demanda contínua de ações a serem ajuizadas ou enfrentadas. Sendo assim, indaga-se:

b) Como a Administração Municipal deve proceder para atendimento de eventual serviço jurídico? Deve encaminhar projeto de lei ao Legislativo para criação de cargo efetivo e, até provimento por concurso, efetuar contratação temporária? Deve contratar pelo regime da Lei nº 8.666/93? (Resposta em, no máximo, dez linhas)